

Cristina Ávila
 Da equipe do Correio

Um grupo de mulheres está resgatando a ciência do mato na comunidade Caramuru Catarina Paraguassu, extremo sul da Bahia, em Pau Brasil. Elas fazem remédios em silêncio. O ritual é muito forte. Tem remédio que é preciso triturar no pilão. Alguns são enterrados durante vários dias, para absorver a energia da terra. Um trabalho delicado, que exige conhecimento — e que elas querem ampliar. A aldeia tem 1.500 habitantes, muitos doentes. As ervas não são suficientes para resolver os problemas, e apenas um médico trabalha na aldeia. A esperança dos pataxó hã-hã-hãe são dois jovens índios que partiram em direção à América Central, para estudar Medicina durante seis anos, com bolsa do governo cubano.

No único posto de saúde da aldeia Caramuru, as filas parecem aquelas que entopem hospitais nas cidades. As crianças sofrem de desnutrição e verminose. Por causa da água. A devastação das matas pelas fazendas deixou tudo árido. Às vezes os hã-hã-hãe têm dificuldade até para conseguir o que beber. Os córregos secaram e a água de poço é salobra. Os adultos têm dores de cabeça, hepatite, diabetes.

Os pataxó plantam poucas ervas. As mulheres têm projetos para irrigação das culturas medicinais e construção de uma cozinha para trabalharem com remédios, mas por enquanto não conseguiram. E, por isso, o trabalho com a medicina tradicional anda devagar, quase parando mesmo. Por causa da seca, as mulheres têm até que buscar as plantinhas fora da aldeia. Tudo isso porque esses índios passaram mais de 30 anos vivendo em fazendas, quando foram expulsos de suas terras por cacauzeiros. Começaram a retornar aos poucos, em 1982, vencendo verdadeiras guerras contra invasores.

Foi por isso também que Edvaldo de Jesus Santos, 23 anos, só foi conhecer a aldeia aos 5 anos, depois que os índios começaram a voltar para seu território tradicional. Edvaldo é quem vai estudar em Cuba, com a namorada Maria da Glória Oliveira da Silva, 22. Os dois são formados em magistério e moram na mesma aldeia Caramuru. Até uns dias antes de partirem para a ilha, no último dia 10, os dois trabalhavam na diretoria da escola da aldeia. Ele era o diretor; ela, vice.

VOLTA NAS FÉRIAS

O governo de Cuba vai garantir aos dois os seis anos de estudos, com moradia, roupas, alimentação e até transporte de casa para a universidade. Há três anos o país caribenho oferece bolsas para alunos de Medicina. Mantém 3 mil estudantes da América Latina e Caribe, indicados em seus países por partidos políticos ou organizações sociais. Edvaldo e Glória foram indicados pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi), e viajaram com um grupo de 60 brasileiros. Este ano, também 250 negros de bairros pobres de Nova York receberam bolsas do governo cubano.

O curso de medicina tem dois anos de estudos básicos e quatro anos de estudos na área clínica, com aulas em mais de 40 faculdades vinculadas a hospitais-escola. Ainda não sabem se voltarão ao Brasil nas férias. Se isso acontecer, eles deverão começar a ajudar a comunidade antes mesmo de estarem formados.

“Vamos organizar atividades para que possam ir repassando conhecimentos”, afirma o assessor político do Cimi, Paulo Maldos. Ele acredita que antes de se

CONTRA TODOS OS MALES

CUBA OFERECE BOLSAS DE ESTUDOS DE MEDICINA A JOVENS BRASILEIROS. ENTRE ELES, DOIS ÍNDIOS VÃO BUSCAR A CURA PARA AS DOENÇAS ENFRENTADAS PELOS PATAXÓ HÃ-HÃ-HÃE

formarem os dois possam auxiliar agentes de saúde na prevenção de doenças na comunidade Caramuru. Edvaldo pretende ser clínico geral. Maria da Glória ainda está indecisa entre ginecologia e pediatria.

A preferência pela ginecologia é porque as mulheres indígenas geralmente nem vão a médicos por vergonha. “Formar médicos índios será bom para nosso povo. Eles já nos conhecem, a gente faz parte da rotina deles, fica mais fácil de contar o que sentem”, completa Edvaldo.

Mas a preferência por profissionais índios não é somente para que os pacientes fiquem mais à vontade. Edvaldo comenta que são poucos os médicos brancos que se dedicam aos índios. “Temos profissionais que gostam de trabalhar nas aldeias, mas a maioria só trabalha pelo salário, e acaba havendo muita rotatividade”, explica.

O Cimi quer ampliar a oportunidade para outros povos. “Sugerimos aumentar o número de vagas para quatro por ano e que sejam oferecidas bolsas para estudantes que já tenham conhecimento da medicina tradicional indígena. Os cubanos gostaram da idéia”, conta Paulo Maldos.

“Estou razoavelmente preparada para enfrentar a distância. A auto-estima, a confiança em si... não tem coisa melhor. Esse é o caminho”, filosofa Maria da Glória. “Vou fazer de conta que estou no Brasil. Afinal, da minha aldeia para São Paulo são 27 horas de ônibus. De São Paulo para Cuba, são umas sete horas de voo. Dá pra fingir que estou no Brasil, não dá?” pergunta Edvaldo.

VESTIBULAR

No Brasil, 366 índios frequentam curso superior — segundo a Funai. O grande problema hoje é manter os alunos índios nas universidades.

“Por causa da concorrência nas universidades públicas, a maioria só consegue passar no vestibular das particulares, e depois não tem dinheiro para pagar as mensalidades”, enfatiza a coordenadora substituta de Defesa dos Direitos Indígenas da Funai, Azelene Krig Inácio, 35 anos, que é socióloga do povo kaingang, do Rio Grande do Sul.

Ela conta que 20 índios kaingang estudam na Unijuí, Universidade de Ijuí (RS), mantidos por um convênio com a Alemanha, e estão estudando em cursos de enfermagem, pedagogia, direito, história e agronomia — áreas de necessidade da comunidade indígena.

Segundo Azelene Krig, organizações indígenas vão participar de debates do Comitê de Educação Indígena do Ministério da Educação para discutir políticas públicas para manter estudantes nas universidades.

A socióloga diz que no final do ano passado os índios que participaram do Fórum de Direitos Indígenas no Nordeste, promovido pela Funai, discutiram a criação de vagas especiais para índios nas universidades, sem vestibular, a exemplo do que acontece nos Estados Unidos. Mas, em sua opinião, essa não é a melhor opção. “Acho que precisamos é melhorar o ensino nas aldeias”, comenta.

Azelene fez sociologia na Pontifícia Universidade Católica (PUC) em Curitiba. Para cursar o segundo grau, foi empregada doméstica. Para frequentar a universidade teve que conseguir emprego. “Eu tinha passado no vestibular e pedi um emprego ao presidente da Funai, dizendo que precisava para cursar a faculdade”, conta. A Funai deu-lhe o emprego e ainda pagou metade das mensalidades. A outra metade ela conseguiu com uma bolsa cedida pela PUC.



Antônio Siqueira



EDVALDO E MARIA DA GLÓRIA: NAMORADOS COM OBJETIVO COMUM